

A INSERÇÃO FEMININA NA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL DA CIDADE DE VOLTA REDONDA: O CASO ESCOLA TÉCNICA PANDIÁ CALÓGERAS (1986-2025)

Amanda Aparecida Macedo Ferreira¹
Giovanna Maria de Souza Lira²
Larissa Nascentes Rodrigues Coelho³
Tânia Bassi Costa⁴

Resumo

A educação profissional e tecnológica no Brasil estruturou-se historicamente a partir das demandas industriais, reproduzindo desigualdades de gênero ao se basear em um modelo educacional patriarcal que limitou o acesso das mulheres à formação técnica e científica. Desde o período imperial, a educação feminina esteve associada a funções domésticas e morais, enquanto os espaços técnicos se consolidaram como predominantemente masculinos. Apesar dos avanços legais promovidos pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB de 1996, persistem barreiras simbólicas, culturais e curriculares que dificultam a inserção e a permanência feminina nessas áreas. Nesse contexto, o estudo de caso da Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC), em Volta Redonda, analisa a trajetória da inserção feminina na educação profissional e tecnológica, evidenciando resistências, conquistas graduais e recentes processos de reconfiguração institucional orientados pela equidade de gênero.

Palavras-chave: Educação Profissional. Gênero. Volta Redonda.

Abstract

Vocational and technological education in Brazil has historically been structured around industrial demands, reproducing gender inequalities by relying on a patriarchal educational model that restricted women's access to technical and scientific training. Since the imperial period, female education has been associated with domestic and moral functions, while technical fields became predominantly male-dominated. Despite legal advances promoted by the 1988 Federal Constitution and the 1996 National Education Guidelines and Framework Law (LDB), symbolic, cultural and curricular barriers that hinder the insertion and the permanence of women in these areas. In this context, the case study of the Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC), in Volta Redonda, analyzes the trajectory of female insertion in vocational and technological education, evidencing resistances, gradual achievements and recent processes of institutional reconfiguration oriented by gender equity.

¹ Discente do Curso de História do UGB-FERP.

² Discente do Curso de História do UGB-FERP.

³ Discente do Curso de História do UGB-FERP.

⁴ Doutoranda em História (UFRRJ), docente do UGB-FERP.

cultural, and curricular barriers continue to hinder women's entry and permanence in technical areas. In this context, the case study of the Pandiá Calógeras Technical School (ETPC), located in Volta Redonda, examines the trajectory of women's insertion in vocational and technological education, highlighting processes of resistance, gradual achievements, and recent institutional reconfigurations oriented toward gender equity.

Keywords: Professional Education, Gender, Volta Redonda.

Introdução

A formação da educação profissional no Brasil está profundamente ligada ao desenvolvimento industrial e à lógica produtivista que marcou o século XX. A estrutura tecnicista foi projetada para atender às demandas do mercado, formando mão de obra qualificada, sobretudo masculina, para os setores industriais. Desde suas origens, a educação profissional foi permeada por uma divisão sexual do trabalho que reforçou papéis de gênero historicamente construídos: aos homens, os espaços de produção técnica e industrial; às mulheres, o lar e as atividades de cuidado. Ao longo dos séculos XIX e XX, reformas educacionais consolidaram esse modelo. A legislação, embora tenha reconhecido o direito das mulheres à educação, reproduziu estereótipos enraizados socialmente que as mantiveram afastadas dos cursos técnicos e científicos. A educação feminina era orientada para o trabalho doméstico e a formação moral, enquanto as áreas industriais eram reservadas aos homens. Apenas com a redemocratização e a promulgação de marcos legais como a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, foram formalizados princípios de igualdade, ainda que não plenamente efetivos na prática. A trajetória feminina na educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil é marcada por exclusões, resistências e conquistas graduais. A análise dessa trajetória permite compreender como a educação reproduz estruturas patriarcais e, ao mesmo tempo, pode se tornar espaço de transformação social. Para ilustrar esse processo, o estudo de caso da Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC), em Volta Redonda, apresenta um recorte histórico e social relevante sobre o ingresso e a permanência de mulheres no ensino técnico e, por consequência, na indústria nacional.

1. A Trajetória da Mulher na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

A Educação brasileira foi historicamente estruturada por relações sociais discriminatórias que definiram papéis e oportunidades conforme o gênero. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), organizada para atender às demandas do mundo industrial, consolidou a predominância masculina ao refletir estruturas patriarcais que destinavam aos homens o trabalho assalariado e às mulheres o cuidado do lar e a reprodução de funções domésticas. A inserção feminina na educação, especialmente na EPT, ocorreu de forma lenta, uma vez que o lugar social atribuído às mulheres restringia tanto o acesso à educação formal quanto a participação no mercado de trabalho. Mesmo diante de avanços legislativos, a educação feminina permaneceu vinculada às funções de esposa, mãe e dona de casa, reforçando a naturalização de determinados conhecimentos e profissões como próprios de homens ou de mulheres (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2022).

No período colonial, a educação formal era destinada aos meninos brancos da elite, enquanto as mulheres que acessavam o ensino o faziam majoritariamente em conventos, com formação doméstica e religiosa. Conforme aponta Silva (2004), “as meninas limitar-se-iam a aprender a ler, escrever e contar, além de costurarem e bordarem” (p. 132), evidenciando que a educação feminina estava voltada à formação de boas esposas e mães. Embora a Lei de 15 de outubro de 1827 previsse escolas para meninas, na prática a educação doméstica prevaleceu, retardando sua presença nas instituições escolares (ARANHA, 2006). Mesmo no Império, a formação feminina permaneceu associada à ideia de “natureza delicada”, e instituições como o Colégio Pedro II mantiveram acesso exclusivamente masculino até o século XX.

Com a República e o avanço da industrialização, ampliou-se a necessidade de escolarização, mas a educação feminina continuou orientada ao cuidado doméstico. As primeiras escolas profissionalizantes atenderam apenas ao público masculino, perpetuando a lógica patriarcal. A Reforma Capanema, por meio das Leis Orgânicas do Ensino (1942), reorganizou o sistema educacional e consolidou redes

como o SENAI e as Escolas Técnicas Federais. Contudo, segundo Moura (2007), a presença feminina pouco se alterou, uma vez que as mulheres permaneceram associadas às funções domésticas. Ainda que o Decreto nº 4.073/1942 previsse igualdade de ingresso, restrições justificadas pela saúde reforçaram simbolicamente as desigualdades.

Durante o regime militar, a educação passou a atender diretamente às demandas do mercado de trabalho, consolidando o modelo tecnicista com a Lei nº 5.692/71. Como analisa Cunha (2014), a escola foi orientada para o “pronto-emprego”, sem compromisso com a formação crítica. A educação técnica manteve-se majoritariamente masculina, enquanto as mulheres eram direcionadas à “educação para o lar” (CUNHA, 2014, p. 924), reforçando estereótipos de gênero e desigualdades no mercado de trabalho. Após a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, embora a igualdade tenha sido afirmada juridicamente, a prática educacional permaneceu marcada por permanências históricas. Pereira e Lopes (2017) destacam que a trajetória feminina na EPT revela avanços graduais, mas também resistências estruturais que evidenciam a necessidade de mudanças na cultura escolar e no mercado de trabalho.

2. Gênero e Educação: Construções sociais, Práticas e Hierarquias

Os debates teóricos sobre gênero tornam-se fundamentais para compreender esse processo. Margaret Mead (1949) demonstrou que as distinções de gênero variam conforme a cultura, questionando sua naturalização. Cunha (2005) aponta que a segregação educacional consolidou-se por meio de currículos e práticas pedagógicas distintas, destinando às mulheres uma formação voltada ao cuidado doméstico. Essas análises dialogam com Joan Scott (1986), Judith Butler (1990) e Michel Foucault (1975), ao evidenciar que o gênero constitui uma construção histórica atravessada por relações de poder. Butler (1990) compreende o gênero como resultado de processos performativos, enquanto Foucault (1975) demonstra que poder e saber se implicam mutuamente, revelando que a exclusão feminina

ocorreu tanto pela negação do acesso quanto pela organização sistêmica das formas de exclusão.

Ao longo da história, a escola atuou como espaço de formação de identidades, reforçando normas que orientavam meninas ao “feminino doméstico” e meninos ao “masculino produtivo”. A educação técnica, nesse contexto, foi representada como campo masculino, enquanto às mulheres se reservaram funções ligadas ao cuidado. Mesmo com a adoção da escola mista, como observa Rosemberg (2012), o aumento do acesso feminino não garantiu igualdade de oportunidades, e práticas pedagógicas continuaram a reproduzir hierarquias de gênero (SILVA et al., 1999).

3. Educação Técnica e Divisão Sexual do Trabalho: A Inserção Feminina na Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC)

A cidade de Volta Redonda (RJ) consolidou-se como um dos principais polos da indústria brasileira a partir da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), fundada em 1941, durante o governo de Getúlio Vargas. Inserida no projeto nacional de industrialização e modernização do Estado Novo, a CSN foi concebida como elemento estratégico para o desenvolvimento econômico do país, tornando-se referência no setor siderúrgico e motor econômico e social da cidade. A expansão acelerada da atividade industrial gerou uma demanda crescente por mão de obra qualificada, o que levou à criação, em 1953, da Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC), com a finalidade de formar profissionais especializados para atender diretamente às necessidades produtivas da siderúrgica, especialmente nas áreas de metalurgia, mecânica, eletrotécnica e edificações.

A criação da ETPC expressa o modelo tecnicista de educação profissional que se consolidou no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970, caracterizado pela subordinação da formação educacional às demandas do setor produtivo (FERREIRA, 2011). Tal expansão do ensino técnico não significou, contudo, um processo de democratização do acesso à educação, mas uma estratégia de adequação à lógica da modernização econômica, marcada por exclusões de gênero,

classe e território. Nesse contexto, tanto a CSN quanto a ETPC estruturaram-se a partir de uma cultura organizacional atravessada pela divisão sexual do trabalho, na qual as atividades técnicas e produtivas eram socialmente atribuídas aos homens, enquanto às mulheres eram reservadas funções administrativas e de apoio.

Somente em 1986 a ETPC admitiu sua primeira turma de estudantes mulheres, por meio da criação do curso técnico de Metalurgia. Esse marco histórico reflete transformações institucionais internas e, sobretudo, mudanças sociopolíticas mais amplas, relacionadas à redemocratização do país e ao fortalecimento dos movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990. Apesar desse avanço, a inserção feminina nos cursos técnicos ocorreu de forma lenta e marcada por resistências, uma vez que áreas tradicionalmente masculinas permaneceram, por longo período, como espaços pouco acolhedores à presença das mulheres. Essa trajetória evidencia que o modelo educacional tecnicista, ao priorizar as demandas industriais, contribuiu para a reprodução de desigualdades históricas, especialmente de gênero (REIS; MARTINEZ, 2012). A segmentação educacional e ocupacional, portanto, configura-se como uma construção social que reflete as hierarquias do mercado de trabalho.

Embora a ETPC tenha historicamente operado como espaço de reprodução das desigualdades de gênero, observa-se, na contemporaneidade, um movimento de reconfiguração institucional voltado à promoção da equidade, evidenciando que a luta das mulheres por espaço no ensino técnico permanece atual e fundamental para a construção de justiça social.

4. História Oral: Vozes Femininas e a Construção da Memória na ETPC

Neste estudo, a História Oral foi adotada para analisar as experiências e memórias das mulheres que cursaram o ensino técnico na Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC), em Volta Redonda, permitindo acessar não apenas dados institucionais, mas percepções, sentimentos e significados atribuídos à vivência escolar. As entrevistas, organizadas em três gerações (G1¹: 1987–1989; G2²:

2007–2009; G3³: 2022–2025), evidenciam rupturas e permanências na inserção feminina na educação técnica.



Figura 1: Entrega de diplomas da formatura do curso técnico de Metalurgia, 1987.

Fonte: Acervo de fotografias da Escola Técnica Pandiá Calógeras. Visitado no dia 02/07/2025

A entrevistada lembra que o ingresso de mulheres na ETPC foi resultado direto de uma mobilização de funcionárias da empresa, que reivindicaram a abertura de vagas femininas:

“A minha gerência, por ter um grupo feminino grande que desempenhava o papel já de técnico, apesar de não ter formação, batalharam para a invenção de mulheres. E conseguiram. Foi ali que partiu a aceitação de mulheres na ETPC.”⁴

Os relatos da primeira geração destacam o peso do pioneirismo, marcado por desafios simbólicos, estranhamento e necessidade constante de afirmação, ao mesmo tempo em que ressaltam a formação técnica como elemento de autonomia e ampliação de horizontes profissionais. A segunda geração revela um contexto de maior legitimidade institucional da presença feminina, ainda atravessado por barreiras sutis de gênero, evidenciadas nas práticas cotidianas e nas relações interpessoais.

³¹ Formou-se no curso técnico de Metalurgia pela ETPC em 1989. Após a conclusão, ingressou na graduação em Ciências Contábeis. Atualmente, encontra-se aposentada.

² Formou-se no curso técnico de Eletrônica pela ETPC em 2009. Após a conclusão, ingressou na graduação em Engenharia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é concursada e atua como professora em uma instituição de ensino técnico.

³ Formou-se no curso técnico de Mecatrônica pela ETPC em 2024. Após a conclusão, prossegue como estudante da graduação em Engenharia Mecânica na Universidade Federal Fluminense (UFF)

⁴ Entrevista com C.B., concedida em 20 de outubro de 2025.

“Eu só me deparei com a questão de ser um ambiente mais masculino quando eu cheguei lá, porque a maioria das pessoas com quem eu conversava e que me incentivaram a fazer eram mulheres.”⁵

Já a terceira geração expressa um cenário de maior acesso, mas aponta dificuldades relacionadas à permanência, à cultura institucional e às dinâmicas simbólicas que ainda marcam o espaço técnico como masculino.

“[...] no primeiro ano que a gente entrou, tinha muito um negócio de ir no quadro fazer dever, e às vezes uma menina que era mais retraída mais tímida, tinha coragem de ir [...] um menino lá do fundão gritava zoando “que burra a fulana não sabe” e a menina nunca mais ia. Teve uma que até desistiu do curso técnico [...] ela não aguentou a pressão.”⁶

“[...] as oficinas e laboratórios tinham maioria de banheiros masculinos. Isso parecia banal, mas mostrava que a escola ainda era pensada para meninos.”⁷

As entrevistas demonstram que a presença feminina na ETPC não se resume à inserção formal, mas constitui uma trajetória histórica construída por meio de resistências, estratégias de adaptação e ressignificação dos espaços educacionais, reafirmando a História Oral como instrumento fundamental para compreender a inserção das mulheres na Educação Profissional e Tecnológica como parte de um processo mais amplo de transformação social.

Considerações Finais

O estudo sobre a presença feminina na Educação Profissional e Tecnológica da ETPC evidenciou que sua inserção não se limita à ampliação de matrículas, mas constitui um processo histórico complexo, atravessado por disputas simbólicas e permanências estruturais de um modelo androcêntrico. As trajetórias das alunas revelam que expectativas sociais de gênero moldaram oportunidades e limites à

⁵ Entrevista com A.G.C, concedida em 24 de outubro de 2025

⁶ Entrevista com M.L., concedida em 24 de outubro de 2025

⁷ Entrevista com M.L., concedida em 24 de outubro de 2025

participação feminina, exigindo negociações constantes para legitimar sua presença em um espaço historicamente masculino.

A análise geracional evidenciou que, apesar das diferenças entre os períodos, persistiram lógicas de hierarquização que exigiam das mulheres negociações constantes para legitimar sua presença em um espaço historicamente masculino. Assim, a igualdade formal não se traduziu automaticamente em condições equitativas de formação. Nesse contexto, a História Oral mostrou-se fundamental ao ampliar o corpus documental e revelar dimensões silenciadas pelos registros oficiais, reposicionando as mulheres como sujeitos históricos ativos. Assim, a presença feminina emerge como componente estruturante da história da ETPC, tensionando práticas educativas e reafirmando a importância de abordagens que integrem memória, gênero e historicidade para a compreensão das relações de gênero na educação profissional.

Referências

ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, Evelyn Rueb de; OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro de. Educação Profissional e Tecnológica sob uma perspectiva de gênero: uma breve retrospectiva da trajetória da educação feminina no Brasil. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 22, p. 1–14, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15628/rbept.2022.13139>.

BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien. Annales d'histoire économique et sociale. Paris, 1929.

BUTLER, Judith. Gender trouble: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. Cadernos de Pesquisa, v. 44, n. 154, p. 912–933, out./dez. 2014.



FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Educação profissional no Brasil: história e políticas. Educação & Sociedade, v. 32, n. 117, p. 1127–1146, 2011.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

MEAD, Margaret. Male and female: a study of the sexes in a changing world. New York: William Morrow, 1949.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. Holos, ano 23, v. 2, 2007.

REIS, Jussara; MARTINEZ, Silvia. Educação profissional e desigualdades de gênero. Educação & Realidade, v. 37, n. 2, p. 485–503, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 1, p. 85–106, 2012.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SILVA, C. A. D.; HALPERN, F. B. S. C.; SILVA, L. A. D. Meninas bem-comportadas, boas alunas; meninos inteligentes, indisciplinados. Cadernos de Pesquisa, n. 107, p. 207–225, jul. 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A educação da mulher e da criança no Brasil Colônia. In: STEPHANOU, Maria; BARROS, Maria Helena Camara (orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2004. v. 1, p. 131–1

